

## ÍNDICE

PLANO	11
LISTA DE ABREVIATURAS	13
CAPÍTULO I Introdução e posicionamento do problema	15
1. O problema e a delimitação do tema	15
2. A “exorbitância” da forma acto administrativo	20
CAPÍTULO II O acto administrativo contratual no direito português e no direito comparado	29
1. Evolução do tratamento do acto administrativo contratual em Portugal até ao CCP	29
2. O CCP	33
2.1. A opção fundamental	33
2.2. O seu confronto com as tendências mais recentes nos direitos estrangeiros	35
2.3. Traços de continuidade e de rompimento com o passado	42
2.3.1. Em geral	42
2.3.2. No domínio das empreitadas e concessões de obras públicas	45
CAPÍTULO III O carácter excepcional do acto administrativo contratual à luz do CCP	49
1. A afirmação formal de princípio: o acto administrativo como excepção	49
2. A matização material do carácter excepcional do acto administrativo contratual	51
2.1. A amplitude dos poderes cujo exercício se consubstancia na prática de actos administrativos contratuais	51

2.1.1. A faculdade de densificação no contrato	52
2.1.2. As múltiplas referências expressas na lei	53
2.2. O carácter genérico da solução (o conceito amplo de contrato administrativo)	54
3. Tópicos para uma reconstrução sistemática, material e dogmaticamente sustentada do âmbito do acto administrativo contratual	58
3.1. Uma tentação a evitar: a aplicação acrítica do disposto no artigo 11º do Código Civil	58
3.2. Os comandos constitucionais e a necessidade da sua harmonização à luz de parâmetros constitucionalmente fundados	65
3.2.1. A <i>dialéctica</i> entre exigências opostas	65
3.2.2. Síntese: a ponderação de bens e o princípio da proporcionalidade	70
3.2.3. O acto administrativo contratual e a reserva de lei	76
3.3. A interpretação sistemática do artigo 307º do CCP à luz do disposto no artigo 120º do CPA	79
3.4. A importante ressalva que se extrai do artigo 302º do CCP	87
4. Algumas concretizações para a delimitação do âmbito do acto administrativo contratual	94
4.1. A delimitação dos poderes de conformação contratual – alguns exemplos	94
4.1.1. Poderes de direcção e fiscalização	94
4.1.2. Poder de resolução unilateral	105
4.1.2.1. Em geral	105
4.1.2.2. A resolução com fundamento em alteração anormal e imprevisível das circunstâncias	106
4.1.2.3. A resolução com fundamento em <i>factum principis</i>	111
4.2. A delimitação teleológica da base de incidência substantiva do regime da conformação contratual: os contratos “paritários”	113
4.3. Tentativa de clarificação de alguns casos aparentemente nebulosos	119
4.3.1. Casos de actos administrativos contratuais	119
4.3.1.1. Pedidos de informação e marcação de inspecções e vistorias	119
4.3.1.2. Notificação para cumprir e realização coactiva da prestação de natureza fungível	120
4.3.2. Casos de declarações negociais	125
4.3.2.1. Decisão de execução da caução	125
4.3.2.2. Oposição à excepção de não cumprimento e ao direito de retenção invocados pelo co-contratante	141

4.3.2.3. Decisões acerca da prorrogação da vigência do contrato	144
4.3.2.4. Recusa de autorização à subcontratação e à cessão de posição contratual	152
4.3.3. Breve apreciação conclusiva	159
5. A Fechar	160
BIBLIOGRAFIA	163
ÍNDICE	175